



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

21ª edição / Agosto de 2024

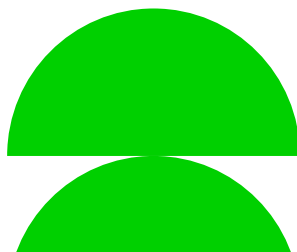
EDITORIAL GC SOBRE PERÍODO ELEITORAL

Caras companheiras e companheiros

Até o final de outubro, é de conhecimento geral que o Brasil vive seu rico processo de eleição, em que poderemos escolher e eleger prefeitas e prefeitos, além de vereadoras e vereadores. Durante este período passaremos por algumas restrições, especialmente na divulgação de atos institucionais locais. Atualmente nossas Conferências regionais, que culminarão na 4ª Conaes em abril de 2025, ocorrem dentro das cidades,

com a realização das etapas municipais. Diante desta situação, passaremos por algumas restrições em nossas publicações, visando obedecer às regras eleitorais. Seguiremos divulgando notícias sobre as Conferências municipais, respeitando as normas eleitorais de redução a ações de comunicação durante esses próximos meses.

Gilberto Carvalho



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO APOIA LIVRO SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DIGITAL



Foto: Bell Vilanova

Os desafios colocados pelas novas configurações de trabalho baseadas em uma economia digital ou de plataforma estão presente em praticamente todos os campos da sociedade. De olho no avanço da tecnologia o MTE, por meio da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES), lançou no dia 14 de agosto, na biblioteca da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em Brasília, livro sobre economia solidária digital.

A publicação apresenta, em linguagem fácil e com exemplos práticos, possibilidades de articulação entre economia solidária e economia digital. Para o secretário nacional da economia solidária do MTE, Gilberto Carvalho, é possível um outro modo de comercialização, que não signifique a expropriação e exploração do consumidor, “e é isso que a economia solidária precisa fazer com ousadia e criatividade e ao mesmo tempo, que a economia digital seja solidária no sentido de que todo esse avanço tecnológico tenha uma convergência política clara nessa perspectiva”, enfatizou Carvalho.

O livro é um projeto conjunto com o Laboratório de Pesquisa DigiLabour e a Fundação Rosa Luxemburgo e, conforme destaque na apresentação da obra, “a publicação lista exemplos concretos de iniciativas e políticas, aponta desafios e possibilidades e deixa espaço para a construção e defesa de um futuro diferente daquele dominado por corporações multinacionais de tecnologia”.

Para Rafael Grohmann, diretor do DigiLabour e um dos coordenadores do livro, “a economia solidária digital não se trata somente de uma construção de alternativas, mas tem de abranger toda a sociedade e o Brasil tem tudo para ser um líder global em políticas para uma economia digital mais sustentável”. Daniel Santini, da Fundação Rosa Luxemburgo, pontuou que é fundamental reunir e organizar o acúmulo coletivo que se tem sobre o tema e avançar concretamente com políticas públicas, em respeito à história que o Brasil já tem em economia solidária”. Para o presidente da Dataprev, Rodrigo Assunção, atualmente

a disputa é para “domar e dominar a tecnologia e no Brasil temos a capacidade de tecnologia limitada, mas em compensação somos os principais consumidores de tecnologias do mundo”.



Foto: Bell Vilanova

De acordo com apresentação da obra, o livro trata de políticas de economia solidária e lembra do trabalho da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) sobre economia solidária digital, sugerindo reapropriações digitais de ideias e perspectivas defendidas pelo ex-secretário e economista Paul Singer. Ao finalizar sua fala, Gilberto Carvalho disse que, de um lado a Senaes tem o máximo interesse em digitalizar e fazer avançar cada vez mais a tecnologia dos empreendimentos da economia solidária, “que não pode ser um pequeno nicho que faz uma feirinha para sobreviver e não pode ser uma experiência bonitinha, ela tem que ser farol, tem que ajudar a mudar a sociedade, a demonstrar que outro sistema econômico e produtivo é possível”.

CONFERÊNCIA DE HORTOLÂNDIA/SP APROVA MOÇÃO CONTRA JUROS ALTOS

No dia 10 de agosto aconteceu a 1ª Conferência Regional de Economia Solidária de Hortolândia-Macro Região de Campinas, no estado de São Paulo. Mais de 70 pessoas se reuniram na EMEF Profª Marleciane Priscila Presta Bonfim para organizar a etapa municipal para levar suas demandas à 4ª Conaes. Esta Conferência, junto as demais conferências municipais, regionais e estaduais, busca recuperar o processo de construção democrática participativa da política de economia popular e solidária que subsidiará a elaboração do 2º Plano Nacional de Economia Solidária pelo Conselho Nacional e dar mais um passo decisivo na afirmação de uma política pública de economia popular e solidária em âmbito nacional.



Foto: Michel Fukuda



Foto: Michel Fukuda

Nos encaminhamentos finais, o plenário da Conferência aprovou, por unanimidade e aclamação, moção pela redução das taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central. O texto aponta que a atual Selic, na casa de 10,5%, prejudica os Empreendimentos Solidários com relação ao acesso a crédito, o que inviabiliza os investimentos necessários na criação e consolidação dos Empreendimentos de Economia Solidária.

Com informações de Michel Fukuda

CONFERÊNCIA: ABC SE ORGANIZA EM FORMATO HÍBRIDO

O ABC Paulista, formado por sete municípios (São Caetano do Sul, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) organizou sua Conferência de Economia Solidária de forma híbrida para conseguir atender toda a demanda desta região que, somada, tem uma população de 2,6 milhões de pessoas, segundo o censo de 2022. Os encontros foram divididos entre 6 Grupos Temáticos, realizados em formato virtual, e aconteceram ao longo da semana de 12 a 17 agosto. Os debates dos GT's foram divididos entre os temas de realidade socioambiental, cultural, política e econômica (12/08), produção, comercialização, consumo justo e solidário (13/08), financiamento: crédito e finanças solidárias (14/08), educação, formação e assessoramento técnico (15/08), ambiente institucional: legislação, gestão e integração de políticas públicas (16/08), tecnologias, plataformas e novas formas de trabalho (17/08).

Estão inscritas mais de 90 pessoas para a Plenária Final, que acontece de forma pre-



GT sobre Produção, Comercialização e Consumo

Foto: Michel Fukuda

sencial dia 24 de agosto no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, em Santo André. Além de eleger a delegação rumo à etapa estadual, os participantes vão aprovar as propostas que serão encaminhadas para os níveis estadual e nacional, o que deve acontecer de um jeito diferente, onde cada participante vai receber adesivos de 6 cores diferentes, cada uma correspondendo a um tema que foi discutido pelos GTs; os participantes devem então votar colando os adesivos em 3 propostas de cada tema para ambas as esferas estadual e nacional.

ECONOMIA SOLIDÁRIA ENTRA NA PAUTA DO PACTO NACIONAL PELA INCLUSÃO DAS JUVENTUDES



Foto: MTE

Em 13 de agosto aconteceu a segunda reunião do Comitê Gestor do Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes, na Fundação Roberto Marinho (FRM), no Rio de Janeiro. Sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Pacto reúne representantes de órgãos públicos, empresas, juventude, instituições de educação e organizações internacionais.

Durante o encontro, os cinco grupos de ação do Pacto apresentaram dados e diagnósticos dentro das suas temáticas. Foi aprovada a proposta para elaboração de uma campanha de comunicação sobre a empregabilidade da juventude, visando conscientizar a sociedade sobre essa agenda. Outra ação a ser encaminhada é a criação de um selo de boas práticas para os municípios que implementarem planos de inclusão produtiva para juventudes, além da promoção de eventos para dialogar mais com as empresas.

O Pacto não abrange apenas empregos com carteiras assinadas na área urbana, o objetivo é fomentar a geração de trabalho e renda em várias frentes, como o empreendedorismo, o associativismo e na zona rural. O coordenador-geral de Parcerias, da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, do MTE, Ary Moraes Pereira, sugeriu ao grupo a inclusão produtiva dos jovens por meio do cooperativismo.

“Muitos jovens não querem um emprego subordinado, em atividades precárias e mal remuneradas, que ainda exigem que fiquem horas no transporte público diariamente”, explicou Pereira. Segundo ele, a economia popular e solidária pode responder a esses desafios, pois consiste na auto-organização dos trabalhadores, de forma associativa ou cooperativada, que se unem para produzir ou oferecer serviços dentro e fora da sua comunidade.

Para o diretor de Políticas Públicas de Trabalho para a Juventude, do MTE, João Victor da Motta, coordenador do Pacto, a reunião foi muito produtiva, possibilitando encaminhar ações para mobilização de outras empresas, fundações e entidades educadoras, além de agregar novas perspectivas de inclusão produtiva da juventude. “Como a questão da autogestão por meio da economia solidária, do empreendedorismo e da garantia de inclusão do jovem no meio rural. Podemos ir além para garantir mais e melhores oportunidades de trabalho para os nossos jovens”, finalizou Motta. A próxima reunião do grupo acontecerá em novembro em São Paulo.

O Pacto é uma iniciativa da frente de juventudes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Fundo das Nações Unidas para

a Infância (UNICEF) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), firmado no final de 2023, com o objetivo de construir uma política pública nacional, em parceria com governos, empresas, fundações, institutos e organizações, para promover a Inclusão Produtiva das Juventudes em situação de vulnerabilidade até 2030, por meio da geração de oportunidades de trabalho e formação profissional.

Com informações da Ascom do MTE em <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Agosto/comite-do-pacto-nacional-pela-inclusao-das-juventude-define-plano-de-acao>

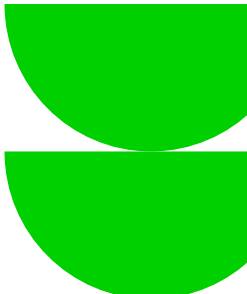


MANAUS ACOLHE O 4º ENCONTRO DAS CATADORAS E DOS CATADORES DA AMAZÔNIA LEGAL



Foi realizado, entre os dias 14 a 16 de agosto, no Auditório do Ministério Público do Trabalho em Manaus/AM, o 4º Encontro das Catadoras e dos Catadores da Amazônia Legal – ECAL. Na ocasião, as organizações de catadores/as dos nove estados da Amazônia Legal, se uniram para retomar o debate sobre um olhar para os resíduos sólidos recicláveis na Amazônia e a importância do trabalho desenvolvido por essas organizações visando a redução do impacto ambiental da destinação final destes resíduos nos lixões.

A região Norte produz 7,5% do lixo gerado no país, no total de 6,1 milhões de toneladas em 2022, com 63,4% destinadas a lixões, enquanto a média brasileira é de 39%, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe, 2022). Contudo, conforme o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), instituído em 2022, a meta de reciclagem de embalagens projetada para a região Norte, em 2024, é de somente 3%. Portanto, para o país como um todo, a projeção é de 30%.



As organizações de catadores/as, apesar do pouquíssimo apoio recebido pela gestão pública municipal e estadual, resistem em manter-se no trabalho, ainda que muitas vezes precário e sem recursos para investimentos em melhoria. Neste sentido, a realização do IV ECAL, alertou para a situação de descaso e se mobilizou na busca de alternativas

conjuntas que possam oportunizar melhorias de vida para o meio ambiente e para os trabalhadores da cadeia da reciclagem na Amazônia Legal.

Com informação da organização do 4º ECAL



Foto: divulgação 4º ECAL

Expediente:

Informativo elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES/MTE

Contato/sugestões:

E-mail:

comucacao.senaes@trabalho.gov.br

Telefone: (61) 2031- 6833